

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	11
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	15
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	16
2.5 Medições não contábeis	17
2.6 Eventos subsequentes as DFs	19
2.7 Destinação de resultados	20
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	22
2.10 Planos de negócios	23
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	27
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	28
5.2 Descrição dos controles internos	30
5.3 Programa de integridade	38
5.4 Alterações significativas	42
5.5 Outras informações relevantes	43

2.1. Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras incluídas nos itens 2.1 a 2.11 abaixo devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Certas tabelas deste item 2 contêm os termos "AH" e "AV" que significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido, nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Os valores constantes deste item 2.1 foram extraídos das informações contábeis consolidadas da Companhia, contidas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que estão disponíveis no site da Companhia (ri.oceanpact.com) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A receita operacional líquida totalizou R\$1.648,9 milhões em 2023, um crescimento de R\$447,9 milhões em relação a 2022, refletindo uma diária líquida média maior, além de maior taxa de ocupação das embarcações. Os custos e despesas totalizaram R\$1.440,5 milhões em 2023, representando um crescimento de 27,7% em relação a 2022.

O EBITDA ajustado das operações continuadas totalizou R\$521,7 milhões em 2023, representando um crescimento de R\$258,7 milhões em comparação ao valor de R\$263,0 milhões registrado em 2022. O EBITDA ajustado foi reconciliado com o lucro líquido da Companhia no item 2.5.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício social findo em 31 de dezembro de

Em R\$ milhões	2023	2022
Receita líquida consolidada	1.648,9	1.201,0
EBITDA	521,8	256,5
EBITDA ajustado ⁽¹⁾	521,7	263,0
Margem EBITDA ajustada ⁽²⁾	31,6%	21,9%
Capex ⁽³⁾	313,0	351,9

Notas:

⁽¹⁾ A Companhia utiliza o EBITDA ajustado como indicador adicional de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Vide reconciliação apresentada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida. A Companhia utiliza a Margem EBITDA como indicador adicional de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Vide reconciliação apresentada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ Capex é o investimento efetuado pela companhia no período ou exercício utilizando as linhas de pagamento na aquisição de imobilizado e intangível da demonstração de fluxo de caixa.

b. Estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento, seja por meio de expansão orgânica ou de realização de aquisição de outras empresas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido totalizava R\$ 788,4 milhões, a dívida bruta bancária totalizava R\$ 1.137,8 milhões e o saldo de caixa, equivalentes de caixa e valores mobiliários era de R\$ 263,8 milhões, resultando em uma dívida líquida bancária de R\$ 874,1 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizava R\$ 763,7 milhões, a dívida bruta bancária totalizava R\$ 1.031,2 milhões e o saldo de caixa, equivalentes de caixa e valores mobiliários era de R\$ 156,0 milhões, resultando em uma dívida líquida bancária de R\$ 875,2 milhões.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, com o objetivo de otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e realiza ajustes considerando as mudanças nas condições econômicas.

A tabela abaixo apresenta o padrão de financiamento das atividades da Companhia, considerados o capital próprio e capital de terceiros:

em R\$ milhões, exceto %	Em 31 de dezembro de			
	2023	% do total	2022	% do total
Capital de terceiros (circulante + não circulante)	1.594,9	67%	1.510,5	66%
Capital Próprio (patrimônio líquido)	788,4	33%	763,7	34%
Capital Total (terceiros + próprio)	2.383,3	100%	2.274,2	100%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No curso normal dos negócios, as principais necessidades de recursos financeiros da Companhia são destinadas a realização de investimentos em ativo imobilizado, os quais, nos dois últimos exercícios sociais, foram financiados pela sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros.

A Companhia avalia constantemente oportunidades para geração de caixa adicional e redução de seus custos e despesas. Acreditamos que a Companhia terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras e investimentos pelos próximos 12 meses, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, acreditamos que a Companhia terá capacidade para contratá-los em condições adequadas.

A tabela abaixo apresenta as informações sobre o endividamento da Companhia:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Endividamento (em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida bruta⁽¹⁾	1.199,1	1.197,5
Curto prazo	275,4	443,9
Longo prazo	923,7	753,6
% Curto prazo	23%	37%
% Longo prazo	77%	63%
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(263,8)	(156,0)
Dívida líquida⁽²⁾	935,3	1.041,4
EBITDA ajustado	521,7	263,0
Dívida líquida/EBITDA ajustado⁽³⁾	1,79	3,96

Notas:

(1) A Dívida Bruta da Companhia é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras (circulante e não circulante) somado aos saldos das debêntures (circulante e não circulante) e de arrendamentos a pagar (circulante e não circulante). Vide reconciliação apresentada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) A Dívida Líquida é composta pelo saldo da Dívida Bruta subtraído dos saldos de caixas e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). Vide reconciliação apresentada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

(3) O índice Dívida Líquida/EBITDA considera a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. O índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia utiliza o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado como medidas adicionais de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Vide reconciliação apresentada no item 2.5 deste Formulário de Referência

A Companhia encerrou o ano de 2023 com R\$263,8 milhões em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e R\$1.199,1 milhões em dívida bruta e arrendamentos, portanto, com dívida líquida de R\$935,3 milhões em 2023. A dívida líquida bancária, excluindo os efeitos de arrendamento foi de R\$874,1 milhões.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram (i) a própria geração de caixa operacional; (ii) a Quarta Emissão de Debêntures, aprovada em 16 de junho de 2023, no montante total de R\$ 500 milhões; e (iii) empréstimos e financiamentos de terceiros que totalizaram o montante de R\$ 35 milhões em 2023.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso necessário, ou conveniente, pretende buscar empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

As principais características da Dívida Líquida da Companhia, com base em suas informações financeiras anuais consolidadas, estão apresentadas na tabela a seguir:

Em R\$ mil, exceto %	Moeda	Taxa de juros a.m.	Vencimento	Em 31 de dezembro	
				2023	2022
Aymoré	R\$	1,15%	abr/23	0	49
ABC	R\$	0,25% a 0,37% + CDI	nov/24	3.077	56.200
Santander	R\$	0,32% + CDI	set/25	39.267	61.815
BNDES	USD	0,23% a 0,32% + Var. dólar	abr/32	183.093	221.435

2.1 Condições financeiras e patrimoniais	R\$	0,74% e 0,29% + CDI	nov/25 e jun/23	0	52.670
Votorantim	R\$	0,37% + CDI	nov/23	0	4.592
BBM	R\$	0,36% + CDI	nov/25	17.873	27.367
Caixa Econômica Federal	R\$	0,22% + CDI	Abr/26	32.144	0
FINEP	R\$	TJLP	abr/31	14.978	16.502
Total de empréstimos e financiamentos				290.432	440.630
Debêntures a pagar	R\$	0,40% + CDI e 0,40% e 0,46%+ CDI	nov/26 e jul/26 e jul/28	848.715	598.633
Passivo de arrendamento				42.677	149.350
Dívida bruta				1.199.091	1.197.455
(-) Caixa e equivalentes de caixa				(214.287)	(114.251)
(-) Títulos e valores mobiliários				(49.472)	(41.754)
Dívida líquida				935.332	1.041.450

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$ 183,1 milhões (16%) de seu endividamento bancário em dólar com o BNDES/FMM com vencimento de longo prazo até 2032. A despeito da variação contábil do estoque da dívida associada à variação cambial, a Companhia busca se manter neutra no seu fluxo de caixa ao equilibrar receitas e desembolsos em dólar. Enquanto o custo médio das dívidas em dólar é de USD+3,5% a.a., os empréstimos em reais, em sua maioria, têm custo entre CDI+5,22% a.a. para debêntures e CDI+3,7% a.a. para as CCBs.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Primeira Emissão de Debêntures

Em 23 de setembro de 2020 foram emitidas 204 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com valor nominal unitário de R\$1 mil reais na data da emissão, totalizando R\$204 milhões, com vencimento em 23 de setembro de 2025.

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme o caso, incidem juros correspondentes à variação do CDI acrescida de 5,50% ao ano. O pagamento do principal é feito em parcelas trimestrais, sendo que a primeira parcela foi paga em 23 de setembro de 2021. O pagamento dos juros remuneratórios das debêntures foi feito trimestralmente, tendo o primeiro pagamento sido feito em 23 de dezembro de 2020.

Os recursos obtidos por meio da primeira emissão de debêntures da Companhia foram destinados (i) à quitação de empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas; (ii) à aquisição e adequação da embarcação RSV (ROV Support Vessel) Parcel do Bandolim; e (iii) à recomposição de caixa.

Em 21 de julho de 2023, a Companhia, com a utilização dos recursos captados com a 4ª Emissão de Debêntures, liquidou integralmente o saldo da 1ª emissão.

Terceira Emissão de Debêntures

Em 18 de outubro de 2021 foi celebrada a escritura referente à terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução da CVM nº 476/2009, da Companhia. Foram emitidas 500 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$ 500 milhões, com vencimento em 8 de novembro de 2026.

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures incidem juros correspondentes à variação do CDI acrescida de 5,0% ao ano. O pagamento do principal é feito em parcelas trimestrais, sendo que a primeira parcela foi paga em 8 de novembro de 2022. O pagamento de juros é feito trimestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 8 de fevereiro de 2022.

Os recursos obtidos por meio da terceira emissão de debêntures da Companhia foram destinados (i) ao pré-pagamento de dívidas; (ii) à compra e adequação da embarcação Larissa; (iii) à compra de ROVs (Remotely Operated Vehicle); e (iv) ao reforço do capital de giro e alongamento do passivo financeiro.

Quarta Emissão de Debêntures

Em 17 de julho de 2023, a Companhia concluiu a 4ª emissão de debêntures. Foram emitidas 500 mil Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, totalizando o valor total de R\$ 500 milhões, sendo (i) 250 mil Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"), sobre as quais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação do CDI acrescida de 5,00% ao ano; e (ii) 250 mil Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), sobre as quais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação do CDI acrescida de 5,75% ao ano. As Debêntures da Primeira Série possuem prazo de vencimento de 36 meses e carência de principal de 12 meses, enquanto as Debêntures da Segunda Série possuem prazo de vencimento de 60 meses e carência de principal de 36 meses.

Os recursos obtidos por meio da quarta emissão de debêntures da Companhia foram destinados (i) ao pré-pagamento das dívidas no montante total de aprox. R\$ 180 milhões com os bancos Itaú, BV, ABC e Santander; (ii) ao pré-pagamento da 1ª emissão de debêntures no montante de aprox. de R\$ 110 milhões; (iii) ao investimento em bens de capital (Capex) no montante de aprox. R\$ 86 milhões, com a compra das embarcações Rochedo de São Pedro e Rochedo de São Paulo; e (iv) ao reforço de caixa.

Contratos de Financiamento

Contrato de Financiamento FINEP nº 0465/18

Em 10 de outubro de 2019, a Companhia celebrou com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Contrato de Financiamento, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação, no valor de R\$34.834.482,57. Sobre o principal da dívida incidem, pro rata temporis, juros compostos de TJLP.

O referido contrato prevê uma carência de 48 meses, devendo o principal da dívida decorrente do instrumento ser pago à FINEP em 97 parcelas mensais e sucessivas, resultando em vencimento em abril de 2031. Em garantia ao contrato, a Companhia contratou seguro fiança emitido pela Fator Seguradora S/A.

Em 19 de outubro de 2021 a Companhia comunicou à FINEP o não interesse em fazer uso da totalidade dos recursos oferecidos através do contrato de financiamento. Até a data citada a Companhia utilizou R\$16.460.155,87.

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0390.1

Em 17 de julho de 2014, a OceanPact Navegação Ltda celebrou com o BNDES um Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no montante de R\$ 141.920.502,18, remunerados por juros que variam de 2,81% a 3,81% ao ano, sendo o saldo devedor diariamente atualizado pelo índice de variação da taxa de câmbio, para a venda, do dólar norte-americano. O principal da dívida foi dividido em 186 parcelas mensais e sucessivas, tendo a primeira prestação vencido em 10 de março de 2017.

Em garantia ao referido financiamento, a Companhia deu ao BNDES a propriedade fiduciária de duas embarcações, no valor de R\$ 83.178.413,00 cada, bem como constituiu cessão fiduciária sobre todos os contratos que sejam firmados com relação a tais embarcações e sobre a conta centralizadora e conta reserva prevista no contrato. Por fim, o financiamento conta com fiança da Companhia e do Sr. Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade, Diretor Presidente da Companhia.

Contrato de Financiamento nº 20032716332

Em 18 de maio de 2020, a Companhia contratou com Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. financiamento no valor de R\$ 239.884,79, remunerados por juros de 14,71% ao ano, com previsão de pagamento em 36 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento final em 30 de abril de 2023. Em 30 de abril de 2023, a Companhia liquidou o referido contrato de financiamento.

Contratos de Empréstimo

Cédulas de Crédito Bancário**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

- Em 28 de outubro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco BBM, a Cédula de Crédito nº 602338 no valor total de R\$ 10 milhões, a CDI + 4,4% ao ano, com 25 meses de carência e vencimento em 59 meses.
- Em 26 de novembro de 2020, a OceanPact Geociências Ltda emitiu, em favor do Banco BBM, Cédula de Crédito Bancário nº 602528 no valor total de R\$ 10 milhões, a CDI + 4,4% ao ano, com 22 meses de carência e prazo total de 60 meses.
- Em 13 de novembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco ABC, Cédula de Crédito Bancário nº 7751320 no montante de R\$ 10 milhões, a CDI + 4,50% ao ano, carência de 12 meses e amortização em 48 parcelas mensais.
- Em 26 de novembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco Votorantim, a Cédula de Crédito Bancário nº 10237238, no montante de R\$ 10 milhões, a CDI + 4,50% ao ano, carência de 12 meses e amortização em 36 parcelas mensais.
- Em 07 de outubro de 2021, a companhia emitiu, em favor do Banco Santander, a Cédula de Crédito Bancário nº 1040996, no valor total de R\$65.000 mil, a CDI + 3,9% ao ano, com carência de 12 meses e prazo total de 48 meses.
- Em 6 de dezembro de 2022, a Companhia emitiu, em favor do Banco Itaú, a Cédula de Crédito Bancário nº 1336592, no montante de R\$ 51 milhões, a CDI + 3,59% ao ano, amortizado em 6 parcelas mensais (observado o prazo de carência por 6 meses). O saldo devedor foi integralmente quitado no prazo previsto.
- Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia emitiu, em favor do Banco ABC, a Cédula de Crédito Bancário nº 11452422, no montante de R\$ 50 milhões, a CDI + 3,00% ao ano, amortizado em 6 parcelas mensais (observado o prazo de carência por 6 meses). O saldo devedor foi integralmente quitado no prazo previsto.
- Em 26 de abril de 2023, a Companhia emitiu, em favor da Caixa Econômica Federal, a Cédula de Crédito Bancário nº 19.4263.737.0000210-08, no montante de R\$ 35 milhões, a CDI + 2,67% ao ano, a ser amortizado em 36 parcelas mensais (observado o prazo de carência de principal por 6 meses).

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações de longo prazo descritas no item anterior, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contratos de arrendamento mercantil de imóveis e embarcações, com passivo de arrendamento no valor total de R\$ 42,7 mil.

A Diretoria da Companhia esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, novas possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo avais das empresas do grupo econômico da Companhia, alienação fiduciária de bens e ações, carta fiança e depósitos dados em garantia.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor:

1) obrigações sociais e trabalhistas; 2) impostos a recolher; 3) créditos com garantia real; 4) empréstimos e financiamentos; 5) créditos quirografários; 6) créditos subordinados; e 7) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Nesta data, a Companhia cumpre com todas as obrigações materiais constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia junto às instituições financeiras. Tais contratos possuem cláusulas restritivas (covenants), inclusive em relação à manutenção de índices financeiros, tais como a Dívida Líquida sobre EBITDA. A esse respeito, a Companhia informa que, em 31 de dezembro de 2023, seu índice financeiro registrado, correspondente à relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA, foi de 1,63, sendo que o limite previsto em contrato era de 2,7.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo alienação de ativos, alienação de controle societário e reorganização societária, dentre outras cláusulas usuais de mercado, abaixo descritas.

Ademais, determinados contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas junto às instituições financeiras possuem cláusulas de cross default e/ou cross acceleration entre dívidas de uma mesma emissora ou do grupo econômico da Companhia, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso a emissora ou empresas de seu grupo econômico deixem de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Nesta data, aproximadamente 84% do endividamento financeiro da Companhia está sujeito a cláusulas de cross-default.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Nesta data, com exceção dos contratos de financiamento nº 23.9.0063.1 e nº 23.9.0063.2 assinados com o BNDES em dezembro de 2023, conforme descrito no item 2.8, todos os demais financiamentos contratados pela Companhia já foram 100% disponibilizados à Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa

Os quadros a seguir apresentam um sumário das alterações significativas em determinados itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, com as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (ri.oceanpact.com) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, incluindo comentários da administração a respeito das alterações significativas verificadas.

Demonstrações do resultado em R\$ milhões, exceto %	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	Variação %
Receita líquida	1.648,9	1.201,0	37,3%
Custo dos serviços	(1.273,2)	(1.013,4)	25,6%
Lucro bruto	375,6	187,6	100,3%
Despesas gerais e administrativas	(167,3)	(114,8)	45,7%
Equivalência patrimonial	0,1	6,2	-98,8%
Provisão para perda no valor de recuperação de ativos	-	(4,0)	-100,0%
Provisão para perda no valor de recuperação de investimentos	(5,7)	(2,5)	122,4%
Outras receitas e despesas operacionais	72,5	(39,7)	N/A
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	275,2	32,7	742,4%
Receitas financeiras	101,5	108,2	-6,2%
Despesas financeiras	(252,3)	(258,8)	-2,5%
Resultado financeiro	(150,9)	(150,6)	0,2%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	124,4	(117,9)	N/A
Imposto de renda e contribuição social corrente	(53,0)	(5,2)	911,7%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,9	30,1	-93,7%
Tributos sobre o lucro	(51,1)	24,9	N/A
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	73,3	(93,0)	N/A

Alterações significativas em itens da demonstração de resultado

Receita Líquida

A receita líquida do ano de 2023 cresceu 37,3% em relação a 2022 (de R\$ 1.201,0 milhões em 2022 para R\$ 1.648,9 milhões em 2023). Para fins de comparação, excluindo do valor da Receita Líquida de 2023 o impacto da parceria com a Reach, Shearwater e Equinor, o valor ajustado corresponderia a R\$ 1.474,1 milhões, representando um crescimento de 22,7% frente a 2022.

No segmento de embarcações, os principais componentes desse crescimento foram: (i) uma maior taxa de ocupação das embarcações, como resultado do aumento da demanda, e uma menor quantidade de docagens, mobilizações e hiatos comerciais em 2023; e (ii) a diária líquida média mais forte, como consequência, principalmente, da operação ao longo de todo ano dos cinco ROVs próprios e das embarcações high spec RSVs, e dos novos contratos de embarcações iniciados em 2023, com diárias mais altas do que anteriormente praticadas.

Já no segmento de serviços, podemos destacar: (i) celebração de novos contratos de aluguel de equipamentos Oil Spill com a Petrobras na UN Offshore; (ii) aquisição e consolidação dos resultados da EnvironPact a partir de fevereiro de 2023 e (iii) uma carteira mais equilibrada, e como consequência mais rentável, no contrato de monitoramento ambiental da UN Geociências com a Petrobras em 2023.

Custo dos serviços

Em 2023, os custos dos serviços atingiram R\$ 1.273,2 milhões, aumento de 26% em relação ao exercício anterior. Alguns fatores contribuíram para essa variação, entre eles: (i) aumento do custo de pessoal, devido ao crescimento geral dos negócios; (ii) custos com a parceria Reach/Shearwater, que gerou também uma receita extraordinária; (iii) maior operacionalidade das embarcações.

Lucro bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 375,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, aumento de 100% em comparação com o resultado atingido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A margem bruta passou de 15,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para 22,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo essa variação positiva atribuída ao crescimento das diárias nas embarcações (novos contratos) e ao melhor desempenho no segmento de serviços.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 167,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo R\$ 52,5 milhões (46%) maior do que os R\$ 114,8 milhões registrados em 31 de dezembro de 2022. Em relação à proporção da receita líquida, observamos um leve crescimento para 10,1% (ante 9,6% da receita líquida em 2022). Essa variação é atribuída, sobretudo, ao aumento nos custos de pessoal para atender a operação, acompanhado de maior provisão para remuneração variável dos colaboradores, tendo em vista as metas atingidas no exercício de 2023.

Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas e despesas operacionais totalizaram um montante positivo de R\$ 72,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a um montante negativo de R\$ 39,7 milhões no exercício anterior. Essa

variação é atribuída, sobretudo, ao ganho líquido de R\$ 86 milhões advindo da cessão dos créditos judiciais das ações da Controlada UP.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro totalizou R\$ 275,2 milhões em 2023, ante R\$ 32,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação é atribuída, sobretudo, ao aumento do lucro bruto comentado anteriormente, combinado com o impacto positivo da cessão parcial dos créditos judiciais acima referido.

Receitas financeiras

As receitas financeiras totalizaram R\$ 98,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representa redução de 9% quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$ 108,2 milhões. Essa variação é atribuída, sobretudo, ao menor impacto de variação cambial ativa sobre o endividamento em moeda estrangeira da Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras totalizaram R\$ 248,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$ 9,9 milhões, ou 4%, em relação às despesas registradas em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$ 258,8 milhões. A principal razão dessa redução foi (i) uma menor variação cambial sobre valores em moeda estrangeira, além de (ii) menores despesas de arrendamento financeiro em virtude da aquisição de duas embarcações anteriormente afretadas, parcialmente compensados por (iii) uma maior despesa com juros e encargos sobre as dívidas em função de emissão de debêntures com custos mais elevados que as emissões anteriores, conforme informado no item 2.1.f.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

O lucro antes dos impostos foi de R\$ 124,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ante um prejuízo de R\$ 117,9 milhões no exercício anterior. Esse melhor resultado é explicado acima pelas variações da margem bruta e das outras receitas e despesas operacionais verificadas entre os dois exercícios.

Tributos sobre o lucro (prejuízo)

Os tributos sobre o lucro totalizaram uma despesa de R\$ 51,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, enquanto no exercício anterior tiveram um impacto positivo de R\$ 24,9 milhões. Essa variação é consequência do lucro tributável apurado no último exercício, enquanto em 2022 a Companhia registrou prejuízo e reconheceu créditos fiscais sobre esse prejuízo.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Devido aos fatores acima descritos, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 73,3 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022 a Companhia registrou um prejuízo líquido de 93,0 milhões.

Alterações significativas em itens da demonstração dos fluxos de caixa

Demonstrações do fluxo de caixa em R\$ milhões, exceto %	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	Variação %
Lucro (prejuízo) do exercício	73,3	(93,0)	N/A
Ajustes de reconciliação	482,6	358,0	34,5%
Variações de ativos e passivos	(33,8)	(65,1)	-48,1%
Caixa gerado pelas operações	522,1	199,8	161,3%
Juros pagos - empréstimos e financiamentos e debêntures	(167,1)	(135,9)	22,9%
Juros pagos - arrendamentos	(8,1)	(19,7)	-58,7%
IRPJ e CSLL pagos	(25,0)	(9,6)	159,1%
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	322,0	34,6	831,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(278,8)	(370,4)	-24,7%
	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	86,9	(71,2)	N/A
	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	130,0	(377,1)	N/A
	Caixa e equivalentes de caixa saldo inicial	84,3	491,3	-82,9%
	Caixa e equivalentes de caixa saldo final	214,3	84,3	154,3%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais do ano de 2023 cresceu 831,6% em relação a 2022 (de R\$ 34,6 milhões para R\$ 322,0 milhões). Esse crescimento é proveniente de um melhor resultado operacional (crescimento EBITDA conforme explicado no capítulo de resultado), além de um menor impacto negativo em capital de giro em relação ao ano anterior.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2023 teve redução de 24,7% em relação ao exercício findo em 2022, totalizando R\$ 278,8 milhões em 2023 e 370,4 milhões em 2022 respectivamente. Essa redução se deu, sobretudo, em virtude da diminuição dos investimentos em Capex no decorrer do ano de 2023. Enquanto em 2022 a consolidação do plano de investimentos após o IPO ainda impactou fortemente o crescimento de imobilizado, em 2023 o Capex de crescimento foi consideravelmente menor, afetado principalmente pela conclusão da aquisição das embarcações Rochedo de São Pedro e Rochedo de São Paulo.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 86,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma vez que as captações superaram as amortizações das parcelas das dívidas no período, principalmente devido à 4ª emissão de debêntures ocorrida ao longo do ano. Por outro lado, no exercício anterior, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 65,2 milhões.

Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa

Devido aos fatores acima descritos, houve um aumento líquido no caixa em R\$ 130,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tendo a Companhia encerrado o ano registrando R\$ 214,3 milhões de caixa e equivalentes de caixa.

2.2 Resultados operacional e financeiro

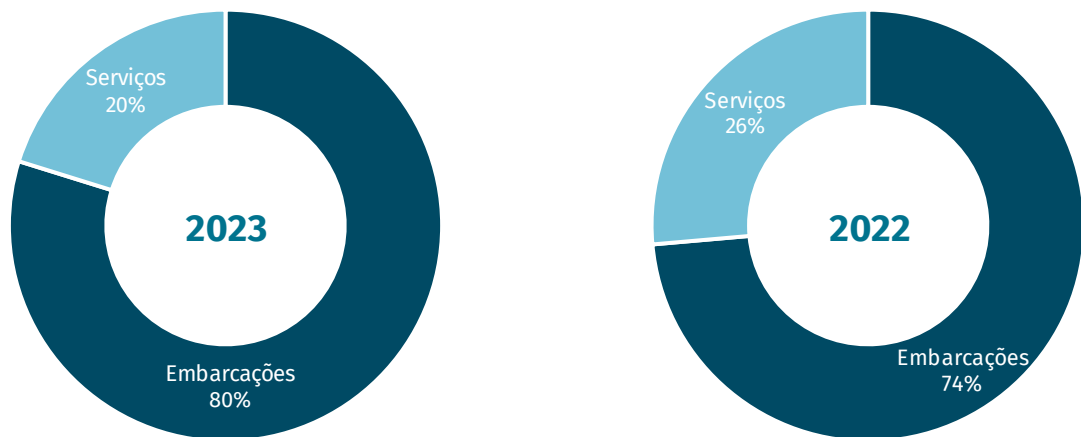
2.2. Resultados operacional e financeiro

a. Resultado das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia e suas controladas atuam em dois segmentos denominados (i) Embarcações e (ii) Serviços. As receitas mais representativas e responsáveis pela geração da parte mais significativa do resultado operacional da Companhia estão alocadas dentro do segmento de Embarcações. Dentro do segmento de Serviços, a unidade de negócio com maior representatividade dentro do segmento é a UN de Oil Spill Response.

Os gráficos a seguir demonstram a representatividade dos segmentos de atuação da Companhia na Receita Líquida, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.



Embarcações

A precificação das diárias das embarcações de apoio marítimo está diretamente ligada à oferta e à demanda, a qual é fortemente influenciada pelo setor de O&G no país e globalmente.

Em meados da década passada, como resultado dos desdobramentos da operação Lava Jato, da crise econômica no Brasil e da crise do Petróleo mundial, a demanda por embarcações de apoio encolheu rapidamente. No final de 2014, segundo dados da ABEAM, existiam 500 embarcações de apoio operando no Brasil. Em meados de 2017, esse número havia reduzido para aproximadamente 350 embarcações, sendo que 80 se encontravam em lay up, ociosas e sem contrato firme. Com excesso de oferta e pouca demanda, as diárias das embarcações contraíram expressivamente nesse período.

A partir de 2019, o setor de O&G começou a apresentar um movimento de alta, que foi amenizado em 2020 como resultado da pandemia. A partir do final de 2021 e ao longo dos últimos 2 anos, contudo, o setor de O&G vem passando por uma rápida aceleração, ampliada pela crise de segurança energética e pelas restrições impostas pela União Europeia ao fornecimento de gás proveniente da Rússia. No Brasil, o plano estratégico da Petrobras prevê a chegada de 14 novas unidades de produção (FPSOs) até 2028, sendo certo que, em média, cada FPSO necessita de 3 embarcações de apoio em sua operação.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Se, por um lado, a demanda do mercado vem observando um forte crescimento, o mesmo não ocorre com a oferta. Desde a crise de 2015 não se observam grandes construções de embarcações no país e no mundo. A OceanPact entende haver 4 principais entraves para um novo ciclo de construção: (i) os valores das diárias ainda não atingiram um patamar que viabilize a construção; (ii) prazos de vencimento atuais dos contratos (em 4 anos) são considerados baixos; (iii) falta de um programa de financiamento, ou custo de capital muito elevado; e (iv) incertezas com relação à tecnologia do combustível utilizado nas embarcações.

Esse desbalanceamento entre oferta e demanda tem gerado fortes aumentos no valor das diárias das embarcações, que em alguns casos dobraram entre o final de 2021 e final de 2023.

Em 2023, a receita líquida do segmento somou R\$ 1.340,7 milhões, ante R\$ 909,7 milhões em 2022, avanço de 47,4%. Os dois principais fatores responsáveis por esse aumento foram (i) o aumento da diária líquida média do segmento e (ii) a taxa de ocupação maior em 2023.

Análise das Diárias médias e Taxa de Ocupação das embarcações

- **Diária líquida média:** No ano de 2023, a Companhia apresentou crescimento de 29,0% da sua diária líquida média (passando de R\$ 124,1 mil em 2022 para R\$ 160,2 mil em 2023). Esse crescimento se deu, principalmente, (i) pela entrada em operação dos cinco ROVs (Remotely Operated Vehicles) próprios no final do ano de 2022, aumentando a diária média das embarcações high spec da Companhia; (ii) pelos novos contratos de embarcações iniciados em 2023, com diárias mais altas às anteriormente praticadas (UP Coral, Ilha da Trindade, Ilha de Santana); e (iii) por contratos no mercado spot, com diárias acima das praticadas nos contratos de longo prazo (UP Rubi e Parcel de Manuel Luis).
- **Taxa de ocupação:** A Companhia registrou aumento de 5 pontos percentuais na taxa de ocupação (de 82% em 2022 para 87% em 2023), resultado de um ano com poucas docagens e hiatos comerciais curtos em função da alta demanda por parte dos clientes.

Serviços

A demanda de soluções oferecidas no segmento de Serviços também está fortemente vinculada ao setor de Óleo & Gás. Contudo, dependendo da Unidade de Negócio (UN), a demanda ocorre em diferentes fases do ciclo de Exploração & Produção.

Para a UN Geociências, os serviços de levantamento oceanográfico e de monitoramento ambiental são demandados durante todo o ciclo de vida, enquanto os serviços de geotecnia e geofísica são demandados nas fases iniciais de exploração e desenvolvimento e depois na fase final do ciclo, de descomissionamento.

Para a UN Oil Spill Response, como o principal serviço oferecido é o de proteção e remediação ambiental, através do aluguel de equipamentos de Oil Spill, o serviço é demandado durante todo ciclo de E&P e tem uma correlação muito forte com a demanda observada no segmento de embarcações do tipo OSRV.

A UN EnvironPact, das 3 UNs mencionadas, é a que possui menor dependência do setor de O&G. Apesar disso, o setor é responsável por aproximadamente 70% da receita da unidade. Aproximadamente 40% dessa receita está ligada à fase inicial dos projetos de E&P, enquanto 60% está distribuída ao longo do ciclo de vida.

No ano de 2023, a receita líquida do segmento de serviços aumentou 5,0% em relação ao ano de 2022 (de R\$ 317,0 milhões em 2022 para R\$ 332,8 milhões em 2023). Esse aumento se deu,

2.2 Resultados operacional e financeiro

principalmente, devido a (i) novos contratos de aluguel de equipamentos Oil Spill, (ii) a aquisição da participação acionária remanescente da EnvironPact Sustentabilidade e Resiliência (50%), por meio da qual a Companhia passou a deter, direta e indiretamente, 100% da empresa e (iii) melhor carteira no contrato de monitoramento ambiental da OceanPact Geociências.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2023, o EBITDA ajustado da Companhia totalizou R\$521,7 milhões, comparado a R\$263,0 milhões em 2022, representando um crescimento de R\$258,6 milhões. Excluindo a receita decorrente da cessão de direitos creditórios realizada pela UP Offshore, o principal fator que impactou materialmente o resultado foi o aumento da demanda por embarcações de apoio, como resultado do aquecimento do setor de O&G. Essa aceleração da demanda resultou em diárias mais altas das embarcações e melhores taxas de ocupação. Adicionalmente, em 2023, a Companhia teve um maior número de embarcações mais high spec, com diárias maiores, operando por mais tempo, quando comparado ao observado em 2022.

Adicionalmente, no segmento de serviços, o forte desempenho da UN Oil Spill Response também contribuiu para o bom resultado operacional, como consequência do maior número de projetos de exploração e produção.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As principais variações observadas na receita da Companhia são derivadas do aquecimento do setor de O&G, resultando em aumento da demanda por embarcações de apoio e demais serviços. Adicionalmente, o início da operação de novas embarcações RSVs com ROVs próprios também influenciou o resultado na comparação com o ano anterior.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional e a condição financeira da Companhia são afetados por fatores macroeconômicos no Brasil, onde a Companhia majoritariamente realiza suas receitas. A Companhia é afetada principalmente pela taxa de juros, pela taxa de inflação e pela variação da taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano.

- **Variação da taxa de juros:** em março de 2021 a autoridade monetária iniciou um movimento de aumento da taxa de juros que impactou negativamente o resultado operacional e resultado financeiro líquido da Companhia, (i) aumentando o custo de captação de recursos e (ii) aumentando o custo da dívida, atrelado ao CDI. Com a queda da taxa de juros a partir de julho de 2023, a expectativa é que, tanto o custo de captação de recursos, quanto o custo da dívida atrelado ao CDI sejam reduzidos a partir de 2024. A Companhia apresenta uma posição líquida de CDI passiva, pois apresenta saldo em aberto maior de empréstimos e financiamento do que caixa e equivalentes e aplicações financeiras remunerados pelo CDI.

- **Impacto da inflação:** variações nas taxas de inflação impactaram diretamente o resultado operacional da Companhia, principalmente no que tange (i) às receitas nos contratos de longo prazo, (ii) às despesas de arrendamento daqueles contratos corrigidos anualmente por índices atrelados à inflação, e (iii) aos seus custos e despesas operacionais, principalmente folha de pagamento.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Taxa de câmbio: Como parte de estratégia da Companhia de proteção de seus fluxos de caixa futuros e equalização de sua exposição à taxa de câmbio, são firmados contratos de prestação de serviços com os clientes atrelando parte dos valores a serem recebidos pela prestação de serviços ao dólar norte-americano. Desta forma, a Companhia cria um hedge natural para a variação da taxa de câmbio para os pagamentos de empréstimos, CAPEX e custos e despesas operacionais. Além disso, em 17 de julho de 2023 a Companhia fez nova contratação de câmbio a termo, no montante de USD 1,5 milhão por mês, com fixação do dólar no dia 25, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2024 com o banco Itaú Unibanco S.A., e câmbio médio contratado de R\$ 5,024 por USD.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham causado resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, uma vez que, nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve qualquer mudança nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações prestadas nos itens 2.1 e 2.2 acima.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, uma vez que, no relatório do auditor independente a respeito das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não há qualquer opinião modificada ou ênfase.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No dia 23 de fevereiro de 2023, a OceanPact, através da sua subsidiária EnvironPact Consultoria em Engenharia e Meio Ambiente Ltda., concluiu a aquisição da totalidade das ações de emissão da coligada anteriormente denominada O'Brien's do Brasil, que passou a se chamar 'EnvironPact Sustentabilidade e Resiliência Ltda', consolidando, direta e indiretamente, a titularidade de 100% das ações representativas do capital social da EnvironPact Sustentabilidade e Resiliência.

O preço contratado para a aquisição da participação remanescente da Sociedade, equivalente a 50% do seu capital social, foi de R\$ 11 milhões.

Adicionalmente, em 30 de novembro de 2023, a Companhia concluiu a venda da totalidade das quotas de emissão da Servmar Serviços Técnicos Ambientais Ltda., cujas atividades não se inseriam nas atividades principais do Grupo OceanPact, pelo preço de R\$ 3,2 milhões.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 30 de junho de 2023, a controlada UP Offshore Apoio Marítimo contratou a cessão parcial de direitos creditórios litigiosos, sem regresso, objeto de ações judiciais ativas que a Companhia busca a cobrança de taxas diárias relativas a contratos celebrados com a Petrobras e que foram rescindidos sob a alegação de ausência de renovação do Certificado de Autorização de Afretamento (CAA) para as embarcações objeto desses contratos. Em razão da cessão de direitos, a UP Offshore obteve o recebimento inicial, em 4 de julho de 2023, de R\$100 milhões, preservando, ainda, o direito a participação futura significativamente majoritária no montante efetivamente recuperado dos direitos creditórios cedidos que venha a exceder o valor recebido inicialmente, ajustado nos termos acordados entre as partes da cessão.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medições não contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza o LAJIDA (EBITDA), a margem EBITDA, a dívida bruta e a dívida líquida como formas de medição não contábeis.

Medições não contábeis (em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	521,8	256,5
Margem EBITDA	31,6%	21,4%
EBITDA ajustado	521,7	263,0
Margem EBITDA ajustada	31,6%	21,9%
Dívida bruta (inclui arrendamentos)	1.199,1	1.197,5
Dívida líquida (inclui arrendamentos)	935,3	1.041,4
Dívida líquida/EBITDA ajustado	1,79	3,96
ROIC	10,3%	1,5%

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e margem EBITDA

A Companhia calcula o EBITDA (LAJIDA) em consonância com a Resolução CVM 156/2022. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

Medições não contábeis (em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	73,3	(93,0)
(-) Resultado financeiro	(150,9)	(150,6)
(-) Imposto de renda e contribuição social	(51,1)	24,9
(-) Depreciação e amortização	(246,5)	(223,8)
EBITDA	521,8	256,5
(-) Custos não recorrentes ⁽¹⁾	0,1	(6,6)
EBITDA ajustado	521,7	263,0
Receita líquida	1.648,9	1.201,0
Margem EBITDA ajustada (%)	31,6%	21,9%

Nota:

⁽¹⁾ Ajustes EBITDA 2023 referem-se a impactos na alienação da Servmar e da compra vantajosa da EnvironPact. Em 2022 referem-se a perda no valor de recuperação de 3 ativos e baixa do ágio de uma das empresas do Grupo (SLP).

2.5 Medições não contábeis

Dívida bruta e dívida líquida

Medições não contábeis (em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Empréstimos e financiamentos circulantes	63,8	158,8
Empréstimos e financiamentos não circulantes	226,6	281,9
Debêntures a pagar circulante	187,1	171,6
Debêntures a pagar não circulante	661,6	427,0
Passivo de arrendamento circulante	16,6	118,1
Passivo de arrendamento não circulante	26,1	31,3
Credor por Financiamento circulante	9,2	3,5
Credor por Financiamento não circulante	9,4	13,4
Instrumentos Financeiros Derivativos	(1,3)	(8,0)
(=) Dívida Bruta	1.199,1	1.197,5
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(214,3)	(84,3)
(-) Títulos e valores mobiliários circulante	(42,2)	(63,8)
(-) Títulos e valores mobiliários não circulante	(7,3)	(7,9)
(=) Dívida Líquida	935,3	1.041,5

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, EBITDA ajustado, margem EBITDA e margem EBITDA ajustada são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado operacional da Companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia entende que a Dívida Bruta e a Dívida Líquida são medições apropriadas para a compreensão da sua condição financeira, uma vez que medem o nível de alavancagem financeira, elemento primordial para execução da estratégia de crescimento dos negócios da Companhia.

As medidas não contábeis divulgadas neste item representam informações adicionais às demonstrações financeiras, e não devem ser utilizados em substituição aos resultados reais, aos fluxos de caixa ou a posição patrimonial e financeira da Companhia. Estes indicadores não compreendem medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Evento subsequente às últimas demonstrações financeiras

Não foram identificados eventos subsequentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Destinação de resultados

Em 31 de dezembro de 2022, a OceanPact apresentava um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 142.811 mil. O lucro líquido do exercício de 2023, de acordo com o artigo 189 da Lei 6.404/76, será destinado à absorção desse prejuízo.

a. Regras sobre retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, as regras sobre retenção de lucros aplicáveis à Companhia consistiam nas previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2023, o estatuto social da Companhia previa, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, a possibilidade de constituição de reserva de lucros para expansão, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia até o limite de 100% do capital social da Companhia, quando somado ao saldo das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Após a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) no dia 25 de abril de 2024, o estatuto social da Companhia passou a prever que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, a cada exercício, quantia equivalente a dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício social ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Em 31 de dezembro de 2023, o Estatuto Social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, a cada exercício, quantia equivalente a 0,1% do lucro líquido do exercício social ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços extraordinários, semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedesse o montante das reservas de capital de que tratam o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Em 31 de dezembro de 2023, instrumentos financeiros contratados pela Companhia impediam a distribuição de dividendos em montante superior ao dividendo obrigatório.

e. Política de destinação de resultados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não há carteiras de recebíveis não evidenciadas

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não há contratos de futura compra e venda de serviços não evidenciados.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não há contratos de construção não terminada não evidenciados.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou com o BNDES dois Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 23.9.0063.1 e nº 23.9.0063.2 no montante total de R\$ 150.000.000,00, remunerados por juros de 3,00% e 4,23% ao ano, respectivamente.

O saldo devedor será diariamente atualizado pelo índice de variação da taxa de câmbio, para a venda, do dólar norte-americano. Proveniente de pleito aprovado junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) a operação tem prazo de 90 meses.

Em 06 de março de 2024, referente ao contrato nº 23.9.0063.2, a Companhia obteve autorização do BNDES para apresentar carta fiança em garantia. E, conseqüentemente, alterar a taxa de juros da operação de 4,23% a.a para 3,00% a.a.

Dessa maneira, a totalidade da operação será remunerada por juros de 3,00% a.a e garantida por carta fiança de bancos de primeira linha.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

b. Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10. Planos de negócios

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

No ano de 2023, a Companhia investiu R\$ 313,0 milhões na aquisição de embarcações e equipamentos, adequações e em docagens, o que significa uma redução de 11,1% em relação ao valor investido em 2022.

Crescimento: R\$ 149,2 milhões (48%), contemplando a aquisição, em julho de 2023, das embarcações AHTS-TO Rochedo de São Paulo e Rochedo de São Pedro, por USD 18,0 milhões, além da aquisição de 2 ROVs, um para a embarcação Austral Abrolhos por USD 2,7 milhões e outro para a embarcação Parcel de Manuel Luís por USD 3,0 milhões.

Adequação de Embarcações: R\$ 33,0 milhões (10%), referente ao Capex para preparar as embarcações Coral (RSV), Ilha de Santana (PSV), Ilha da Trindade (OSRV), Parcel das Manuel Luís (MPSV) e Austral Abrolhos (MPSV) para contratos com clientes.

Docagens e manutenções: R\$ 130,8 milhões (42%) referente as docagens e manutenções das embarcações ao longo do ano.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente por (i) geração de caixa oriunda das operações da Companhia; (ii) operações e empréstimos e financiamentos captados com instituições financeiras; e (iii) obtenção de crédito de longo prazo no mercado local com emissão de debêntures.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

Projeto MangueCarb – carbono azul: Projeto de inovação tecnológica para a quantificação de carbono azul em manguezais, que está sendo desenvolvido com financiamento da Repsol, via verba de PD&I da ANP. O projeto consiste em desenvolver inovações tecnológicas para quantificação do carbono para os manguezais do Brasil e, se possível, que possam servir além das fronteiras nacionais. Ambos os objetivos serão possíveis através da integração de dados, como do sistema solo - água - ar pelo uso de métodos convencionais, imagens de satélite, sensores, eDNA e outras metodologias, que gerarão dados primários de qualidade, que serão integrados através de computação avançada e modelagem.

Projeto de previsão oceânica baseado em técnicas de aprendizado de máquina: Sistema de previsão oceânica regional baseado em técnicas de machine learning, que está sendo desenvolvido com financiamento da Karoon, via verba de PD&I da ANP. O objetivo principal do projeto é o desenvolvimento de um sistema computacional operacional de observação e previsão oceânica regional com alta resolução espacial para a porção sul da bacia de Santos. Dados oceanográficos e meteorológicos serão adquiridos a partir da utilização de sensores remotos (fixos a satélites) e sensores locais fixos às embarcações de oportunidade e fundeadas na região de interesse.

Expedição Amapá – Amazonia Azul: A expedição inédita, desenvolvida com recursos próprios da Companhia, avaliou formas de medição e instalação de antenas de radar na região, capazes de medir as correntes de superfície até 300 km de distância. Isso já é feito na Bacia de Campos e Santos. As antenas poderão ajudar no conhecimento profundo da dinâmica oceânica e costeira da região, além de aumentar a velocidade de resposta de possíveis emergências ambientais na região.

2.10 Planos de negócios

(ii) **Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

Em 2023 foi investido um total de R\$ 8,9 milhões em projetos de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, sendo desse montante R\$ 2,1 milhões em projetos financiados com verbas de PD&I da ANP.

(iii) **Projetos em desenvolvimento já divulgados:**

Entre os projetos em desenvolvimento já divulgados devemos dar destaque aos seguintes projetos:

OceanPact Digital: Desenvolvimento de um sistema de acompanhamento em tempo real de ativos offshore e costeiros que possa receber, tratar, exibir e interpretar dados de diferentes fontes e sistemas independentes, em uma plataforma online de inteligência oceanográfica, marítima e ambiental.

CRONOS: Implantação de rede de radares de alta frequência para coleta em tempo real de dados de corrente de superfície e sua assimilação em modelos matemáticos para aprimorar sua acurácia gerando previsões meteoceanográficas mais precisas.

Quantificação de Carbono: Desenvolvimento de uma metodologia para quantificação dos balanços de carbono em ambientes de mangue baseada na integração de dados de avaliações biológicas, com dados dos sistemas solo – água – ar pelo uso de sensores, suportada por computação avançada e modelagem.

(iv) **Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

Em 2023 foi investido R\$ 3,9 milhões com verba própria para a implementação e desenvolvimento da plataforma Digital e finalização dos investimentos no projeto CRONOS de modo a conseguir garantir seu pleno funcionamento já atendendo as expectativas do mercado quanto a garantia de disponibilidade e qualidade dos dados associados.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a sustentabilidade ambiental:

A OceanPact ambiciona ser uma referência mundial no conhecimento e na prestação de serviços marítimos, enfatizando seu compromisso de ajudar a sociedade e seus clientes a conhecer, utilizar e explorar as riquezas do litoral e dos oceanos, garantindo sua proteção e preservação. No final de 2021, a OceanPact instituiu a Diretoria de Sustentabilidade e Novos Negócios com vistas a incorporar os aspectos da agenda ASG nos processos internos e a desenvolver novas oportunidades de negócios associados ao contexto da economia azul.

O conceito de "economia azul", o uso sustentável dos recursos oceânicos conforme a definição do Banco Mundial, abre um vasto leque de possibilidades para o desenvolvimento de novos negócios na OceanPact. Identificamos diversas oportunidades de novos negócios vinculados à economia azul e às mudanças climáticas, tal como atividades associadas à transição para uma economia de baixo carbono e para uma economia regenerativa.

A OceanPact possui expertise nos desafios marítimos, especialmente em relação aos riscos e impactos de atividades offshore. Com seu vasto inventário de equipamentos oceanográficos, geofísicos e geotécnicos e com a sua cultura de inovação, visa desenvolver soluções integradas e personalizadas para os atores do setor marítimo, tanto no âmbito da proteção dos ecossistemas e redução dos impactos em relação às operações marítimas, como no âmbito da avaliação e da adaptação aos riscos futuros e na regeneração de ecossistemas.

Dessa forma, aprimoramos nossa estratégia com o desenvolvimento de três grandes eixos de Soluções Oceânicas Sustentáveis:

- **Consultoria em Sustentabilidade:** baseado na expertise e reputação em consultoria de riscos e impactos da EnvironPact, na nossa experiência em sustentabilidade corporativa e compreensão aprofundada de questões marinhas críticas para fornecer serviços de consultoria especializada e campanhas de advocacia dos oceanos.

2.10 Planos de negócios **Projetos Azuis:** baseados na avaliação dos impactos e riscos ambientais das atividades dos clientes para desenvolver projetos personalizados a partir dos desafios ambientais locais e riscos à infraestrutura. Os Projetos Azuis são soluções integradas de conhecimento, de monitoramento, de conservação e restauração de ecossistemas marinhos, como por exemplo, projetos de Soluções Baseadas na Natureza, incluindo Carbono Azul, e de redução da poluição oceânica.

Parcerias de Inovação: com foco em parcerias para projetos de pesquisa e desenvolvimento para impulsionar a inovação e escalabilidade de soluções sustentáveis para os oceanos, avançando tanto no conhecimento do mar (no âmbito de contribuir para o big data do oceano, como por exemplo o projeto “Expedição Amapá”), na digitalização (como por exemplo, o projeto de previsão oceânica baseado em técnicas de aprendizado de máquina) e na descarbonização de operações marítimas (como por exemplo, o projeto “Cronos”), no desenvolvimento de tecnologias de operações remotas e de soluções baseadas na natureza (como por exemplo, o projeto “MangueCarb”)., através da sua subsidiária EnvironPact, concluiu a aquisição da totalidade das ações de emissão da coligada anteriormente denominada O'Brien's do Brasil, passando esta a se chamar 'EnvironPact Sustentabilidade e Resiliência Ltda', consolidando nesta subsidiária, direta e indiretamente, a participação de 100% das ações representativas do capital social.

O preço contratado para a aquisição da Sociedade corresponde a R\$ 11 milhões.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente por (i) geração de caixa oriunda das operações da Companhia; (ii) operações e empréstimos e financiamentos captados com instituições financeiras; e (iii) obtenção de crédito de longo prazo no mercado local com emissão de debêntures.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

2.10 b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

2.10 c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

2.10 d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

A companhia instituiu no final de 2021 a Diretoria de Sustentabilidade e Novos Negócios com vistas a não só incorporar os aspectos da agenda ASG nos processos internos, mas também a desenvolver novos produtos, serviços e soluções associados ao contexto da transição energética e da economia de baixo carbono.

Em 2022 foi desenvolvida pela companhia uma análise de riscos e oportunidades associadas às mudanças climáticas, e foram identificadas diversas oportunidades de novos negócios vinculados à redução e/ou compensação de emissões de gases de efeito estufa, cada vez mais demandados pelo mercado. Além disso, a experiência consolidada na prestação de serviços no mar coloca a companhia em uma posição diferenciada para atuar em novas frentes de negócios, como por exemplo a indústria de geração de energia eólica offshore e em projetos de restauração e preservação de ecossistemas costeiros com vistas à geração de créditos de carbono e outros co-benefícios socioambientais.

2.10 Planos de negócios

2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Os diretores da Companhia esclarecem que não ocorreram outros fatores que influenciaram, de maneira relevante, o desempenho operacional, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adotou uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de dezembro de 2020 e entrou em vigor em 12/02/2021 quando da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado e sofreu revisões em 07/12/2022 e 06/11/2023. Para mais informações sobre a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, veja o item 5.6 deste Formulário de Referência.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:

A Companhia possui um processo de gerenciamento de riscos baseado na COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), e tem como objetivo identificar e avaliar os riscos aos quais a Companhia está sujeita, bem como estabelecer barreiras e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação, proteção e crescimento de valor da Companhia.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos de taxa de juros e de câmbio, conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia possui instrumentos financeiros passivos, conforme descrito no item 4.3 (a) deste Formulário de Referência.

(iii) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos são avaliados e monitorados conforme procedimentos previstos na Política de Gerenciamento de Riscos por 21 diferentes áreas da Companhia, a depender da natureza e dos impactos de tais riscos nas atividades e nos negócios da Companhia, quais sejam (a) Recursos Humanos; (b) Departamento Pessoal; (c) Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança; (d) Jurídico; (e) Operações Marítimas; (f) Operações Portuárias; (g) Operações Offshore; (h) Comercial; (i) Compras/Suprimentos; (j) Financeira; (k) Tecnologia da Informação; (l) Inovação; (m) Técnica; (n) Importação; (o) Novos Negócios; (p) Sustentabilidade; (q) Compliance; (r) Operações Subsea; (s) Relação com Investidores; (t) Seguro e (u) Marketing.

A partir da identificação de tais riscos, é feita uma avaliação quanto às suas possíveis causas, seu nível de severidade e suas possíveis consequências para os negócios e atividades da Companhia e a probabilidade de sua ocorrência. Posteriormente a essa análise, são implementadas respostas a tais riscos, por meio da adoção de um conjunto de iniciativas e planos de ação adequados à classificação dos riscos.

A estrutura de controles internos da Companhia compreende as seguintes atribuições e responsabilidades:

- Área Financeira: dentre outras atribuições, é responsável por revisar e verificar a consistência dos registros contábeis efetuados e pela identificação de riscos relativos às informações financeiras da Companhia;

- Área de Compliance, Riscos e Controles Internos: dentre outras atribuições, é responsável por (a) estabelecer o processo de gestão de riscos da Companhia pautada na visão integrada e sistêmica das atividades desenvolvidas pela Companhia e em linha com a estratégia de gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração; (b) coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas nos procedimentos de compliance, riscos e controles internos da Companhia; (c) monitorar os riscos a que a Companhia está exposta; e (d) realizar, no mínimo, uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Área de Auditoria Interna: dentre outras atribuições, será responsável por (a) elaborar um plano anual de auditoria, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia; e (b) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia;
- Comitê de Auditoria e Compliance: dentre outras atribuições, é responsável por (a) propor ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (b) acompanhar as atividades da Área de Auditoria Interna e da Área de Compliance, Riscos e Controles Internos da Companhia; (c) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (d) supervisionar as atividades da auditoria independente; e (e) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras.
- Conselho de Administração: dentre outras atribuições, é responsável por avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Compliance e tomar as principais decisões com relação ao processo de gerenciamento dos controles internos da Companhia.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Para verificar a adequação e efetividade das práticas adotadas, a Companhia conta com uma área de Auditoria Interna responsável por aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos, riscos e compliance da Companhia. A referida área reporta quadrimestralmente ao Comitê de Auditoria e Compliance os resultados das avaliações acerca da efetividade do processo de gerenciamento de Riscos da Companhia.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria e Compliance é encarregado de avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, além de analisar e revisar os relatórios elaborados pela Área de Compliance, Riscos e Controles Internos, bem como os relatórios elaborados pela Área de Auditoria Interna de modo a consolidar tais informações e reportar suas conclusões ao Conselho de Administração, incluindo sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia.

Por fim, ao Conselho de Administração da Companhia cabe avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Compliance e tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Descrição dos controles internos

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos, que estão também refletidos em sua Política de Gerenciamento de Riscos, para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração das suas demonstrações financeiras.

O processo de fechamento contábil é realizado em uma estrutura de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos. Mensalmente, a gerência de contabilidade, controladoria e o Diretor Financeiro da Companhia revisam o fechamento contábil com vistas a assegurar sua adequação e confiabilidade.

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das demonstrações financeiras possuem limitações, podendo não prevenir ou detectar determinadas falhas. Para maiores informações sobre as deficiências encontradas nos controles internos e as providências adotadas para corrigi-las, ver itens 5.2(d) e 5.2(e) abaixo.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de controles internos da Companhia compreende:

- **Área Financeira:** dentre outras atribuições, é responsável por revisar e verificar a consistência dos registros contábeis efetuados e pela identificação de riscos relativos às informações financeiras da Companhia;
- **Área de Compliance, Riscos e Controles Internos:** dentre outras atribuições, é responsável por (a) estabelecer o processo de gestão de riscos da Companhia pautada na visão integrada e sistêmica das atividades desenvolvidas pela Companhia e em linha com a estratégia de gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração; (b) coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas nos procedimentos de compliance, riscos e controles internos da Companhia; (c) monitorar os riscos a que a Companhia está exposta; e (d) realizar, no mínimo, uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia;
- **Auditoria Interna:** dentre outras atribuições, será responsável por (a) elaborar um plano anual de auditoria, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia; e (b) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia;
- **Comitê de Auditoria e Compliance:** dentre outras atribuições, é responsável por (a) propor ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (b) acompanhar as atividades da Área de Auditoria Interna e da Área de Compliance, Riscos e Controles Internos da Companhia; (c) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (d) supervisionar as atividades da auditoria independente; e (e) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras.
- **Conselho de Administração:** dentre outras atribuições, é responsável por avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Compliance e tomar as principais decisões com relação ao processo de gerenciamento dos controles internos da Companhia.
- **Diretoria:** será responsável por (i) implementar aos controles internos; (ii) conduzir a revisão e avaliação, pelo menos anual, da efetividade dos controles internos; e (iii) identificar eventuais melhorias.

5.2 Descrição dos controles internos

Os riscos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras confiáveis e os procedimentos de gerenciamento destes riscos estão sob responsabilidade direta da Área Financeira, em conjunto com a Área de Compliance, Riscos e Controles Internos e a Auditoria Interna. Este gerenciamento é feito com suporte do Diretor Financeiro, da gerência de contabilidade e controladoria e da gerência de Compliance.

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações confiáveis são acompanhados pelas Áreas de Identificação de Riscos, com respectivo monitoramento dos riscos.

Com base nesse fluxo de informação incorporado nos relatórios periódicos, o Comitê de Auditoria e Compliance estatutário reporta periodicamente suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia ao Conselho de Administração, dando suporte ao monitoramento, à aprovação e revisão das estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia pelo Conselho de Administração.

Dentre as atividades principais desempenhadas pela área de Compliance, riscos e controles internos da Companhia (anterior, portanto, à aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos e à criação do novo Comitê de Auditoria e Compliance estatutário), destacam-se:

- *Risk Assessment*: Anualmente a Companhia analisa e revisa os riscos aos quais está sujeita, com o apoio de uma consultoria externa especializada em riscos EnvironPact. O escopo do trabalho já englobava os riscos corporativos em geral, o que inclui, também, a adoção de medidas para prevenção contra a prática de atos de suborno e corrupção. Em 2023, o estudo foi estendido às demais empresas do Grupo.
- *Políticas e procedimentos*: Sem prejuízo da adoção de uma Política de Gerenciamento de Riscos, que formalizou uma série de procedimentos de controle de riscos que a Companhia já praticava, aprimorando-os (assim como as estruturas envolvidas) a fim de garantir o seu enquadramento aos requisitos do Novo Mercado, a Companhia já possuía uma série de regras, políticas e procedimentos internos destinados a orientar seus colaboradores e parceiros de negócios acerca de suas diretrizes internas. A título de exemplo, podem ser listados: Código de Ética e Conduta; Política de Anticorrupção e Antissuborno; Procedimento de Consequências; Política de Conflito de Interesses; e Política de Álcool e Drogas. Tais documentos são revisados periodicamente, de forma a garantir sua aderência à realidade corporativa. A Companhia adotou novas Políticas e Procedimentos, seja para garantir o cumprimento de requisitos do Novo Mercado, seja para maior governança. Dentre elas, pode-se listar Política de Remuneração, Política de Divulgação e Negociação, Política de Transação com Partes Relacionadas, Política de Indicação, Política de Segurança da Informação, Política de Privacidade, Política de Relacionamento com Agente Público e Procedimento de Due Diligence.
- *Treinamento e comunicação*: Os treinamentos relacionados a temas de Compliance são de responsabilidade do departamento de Compliance e destinados a todos os colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e patrocinados. Atualmente, são realizados os seguintes treinamentos:
 - (i) Treinamento de Compliance/Anticorrupção: destinado a todos os colaboradores e a terceiros críticos. Neste treinamento são apresentadas e esclarecidas as diretrizes e principais regras da Companhia sobre ética, anticorrupção, antissuborno, conflito de interesses, utilização do Canal de Denúncias e outros temas correlatos.
 - (ii) Treinamento Específico Antissuborno: destinado a áreas com risco de suborno maior que baixo, assim identificados no Estudo de Riscos neste treinamento, além do esclarecimento das diretrizes da Companhia sobre ética e anticorrupção, são tratados os riscos específicos e medidas de controle de cada uma dessas áreas.
 - (iii) Treinamento por demanda: determinadas áreas demandam treinamentos específicos relacionados às respectivas operações. Diante disso, a área de Compliance, Riscos e Controles Internos realiza treinamentos sobre medidas para combater fraudes, assédios moral e sexual dentre outros.

5.2 Descrição dos controles internos

Os demais treinamentos corporativos técnicos são ministrados pelas áreas específicas e monitorados pela área de Recursos Humanos. Adicionalmente, no que tange à comunicação, anualmente a Companhia promove mecanismos de interações para conscientizar seus colaboradores acerca da importância dos temas relacionados a Compliance. A Companhia também busca refletir e estabelecer mecanismos de comunicação sobre suas Políticas e Código de Ética e Conduta, conforme aplicáveis, em contratos por ela celebrados, tais como contratos de trabalho e com terceiros.

- *Monitoramento, auditoria e resposta a incidente:* sem prejuízo da adoção de uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, a Companhia possui um Canal de Denúncias independente, amplamente divulgado e aberto aos colaboradores e terceiros. As denúncias realizadas por meio de tal canal são recebidas na plataforma, investigadas pela Área de Compliance, Riscos e Controles Internos) e apresentadas ao Comitê de Auditoria e Compliance com status e recomendações, quando finalizadas. Este Canal possui um workflow, parametrizado pelo fornecedor da plataforma, em que membros do Comitê de Auditoria e Compliance, caso sejam denunciados, não possuem acesso ou participem da investigação interna e, para os casos em que a Área de Compliance é denunciada, a denúncia é recebida diretamente pelo Comitê de Auditoria e Compliance. . Para verificação de eficácia do sistema de gestão antissuborno, a Companhia é certificada na NBR ISO37001, cujo processo contempla a auditoria dos controles implementados para mitigação dos riscos de suborno.
- *Reporte:* periodicamente os resultados alcançados pela gerência de Compliance são reportados ao Comitê de Auditoria e Compliance, onde são englobados assuntos como indicadores de treinamentos, status de denúncias e investigações, acompanhamento dos planos de ações decorrentes do estudo de riscos, controle dos formulários de conflitos de interesses, e due diligence.
- *Due diligence:* como medida para prevenir riscos, a Companhia realiza due diligence de integridade para novos fornecedores e parceiros de negócios. O sistema visa identificar se esses parceiros trazem riscos reputacionais para os negócios. Para fornecedores e parceiros já cadastrados nos sistemas internos, a due diligence é revisada a cada 2 anos e, caso sejam identificadas red flags, a Área de Compliance, Riscos e Controles internos analisa e define se o fornecedor está apto ou não para permanecer na lista de fornecedores da companhia.
- *Investigações internas:* as investigações internas são usualmente realizadas pela área de Compliance, Riscos e Controles internos. Para os casos com maior complexidade, as investigações internas podem ser realizadas por empresas especializadas e com expertise no mercado.

Para maiores informações sobre as funções e procedimentos da Área Financeira e da Área de Compliance, Riscos e Controles Internos, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos controles internos integra o segundo nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia, tendo como núcleo as Áreas de Controladoria, de Compliance, Riscos e Controles Internos e a Área de Auditoria Interna, e está baseada na informação, comunicação e revisão periódica.

Com o apoio da Área de Compliance, Riscos e Controles Internos e da Área de Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria e Compliance estatutário atua para monitorar sistematicamente o gerenciamento de riscos da Companhia, inclusive especificamente para rever o cumprimento da lei, padrões e regulamentos aplicáveis e monitorar e investigar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

A Diretoria também atua na supervisão da eficiência dos controles internos, incumbindo-lhe reexaminar periodicamente a Avaliação de Risco e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

5.2 Descrição dos controles internos

Por fim, o Conselho de Administração, com suporte das áreas supramencionadas, deverá monitorar, revisar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco. Além disso, o Conselho de Administração avalia o desempenho do Comitê de Auditoria e Compliance e, conforme se mostrem necessários, são definidos planos de ação para ajustes no desempenho do comitê. Tais planos de ação podem significar o aumento do orçamento do comitê, revisão da forma de atuação, substituição de membros do comitê, alterações na equipe de auditoria interna, entre outros.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Em conexão com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores fizeram as recomendações descritas a seguir:

Comentário

Seguem abaixo as principais deficiências de controles internos identificadas por nós durante nossos procedimentos de auditoria do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Estes aspectos devem ser revisados em conjunto com os ajustes identificados, discutidos e incluídos na carta de representação assinada pela Administração do Grupo OceanPact.

Como parte de nossos trabalhos, bem como requerimentos específicos da NBC TA 265, as deficiências são classificadas como abaixo:

Deficiência de controle interno existe quando:

- (i) O controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações financeiras.
- (ii) Falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações financeiras.

Deficiência significativa de controle interno é a deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que, no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção da Administração.

Durante a execução dos nossos trabalhos, não foram identificadas deficiências significativas de controles internos a serem reportadas.

PARTE I - DEFICIÊNCIAS DE CONTROLES INTERNOS IDENTIFICADAS NA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Processo de fechamento contábil e ambiente de controles internos (Recorrente)

Descrição

O Grupo OceanPact poderia aprimorar as suas políticas internas para as atividades chaves realizadas no processo de fechamento contábil e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Durante o processo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OceanPact Serviços Marítimos S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, identificamos determinados aspectos que requerem aprimoramento dos controles internos do Grupo no processo de fechamento contábil da Companhia, sendo eles:

5.2 Descrição dos controles internos

- a) Ausência de composição e conciliação contábil tempestiva de determinadas rubricas contábeis em 31 de dezembro de 2023:
- (i) Depósitos judiciais
 - (ii) Adiantamento a fornecedores
 - (iii) Provisão para custos
 - (iv) Outros Valores a Receber
 - (v) Outras Obrigações
- b) Ausência de análises de possíveis valores para reconhecimento de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente ao IFRS 9). De acordo com o CPC 48, a Companhia e suas controladas devem usar as informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros, com base em estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses ou por toda a vida da operação. No entanto, verificamos que o modelo de provisão que a Companhia utiliza (Provisão para Devedores Duvidosos – PDD) está diretamente associado ao Exercício de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras de perda incorrida, não utilizando da política do IFRS 9.
- c) Ausência de padronização de políticas e procedimentos de preenchimento de checklists de divulgação pela Administração para conhecimento e divulgação apropriada das estimativas relevantes requeridas pela literatura técnica, principalmente relacionadas aos impostos diferidos.
- d) Divergência no plano de contas entre empresas do mesmo grupo econômico dificultando a consolidação das demonstrações financeiras, essa situação ocorre quando as empresas do grupo utilizam planos de contas diferentes, com códigos, nomenclaturas ou estruturas distintas para as mesmas contas contábeis. Isso gera dificuldades na comparação e na agregação das informações contábeis durante o processo de consolidação, pois não há uma correspondência direta entre as contas das diferentes empresas. A realização manual da consolidação nesse contexto amplifica o problema, pois requer reconciliações minuciosas e ajustes para alinhar os dados de forma coerente. Essas divergências podem afetar a qualidade e a confiabilidade das informações consolidadas, levando a possíveis erros, distorções ou inconsistências nos relatórios financeiros consolidados.

Recomendação

- Normatização e documentação formal das composições e conciliações contábeis das principais rubricas, tais como provisões de liquidação de crédito duvidosa.
- Revisão das principais conciliações a cada fechamento (ao menos trimestralmente) que estejam alinhados com as normas contábeis vigentes.
- Conhecimento apropriado da Administração e preenchimento de checklists de divulgação a cada fechamento (trimestral e anualmente) que deve incluir, mas não se limitar, aos seguintes assuntos:
 - Resumo das principais práticas contábeis;
 - Estimativas e julgamentos; e
 - Instrumentos financeiros
- Automação contábil para gerir as informações contábeis e financeiras da Companhia de uma forma mais eficiente e oportuna, reduzindo a necessidade de intervenção manual e otimizando todo o processo de fechamento contábil.

Prazo para implementação

Melhoria contínua

5.2 Descrição dos controles internos

Comentários da Administração

A Companhia reforça o seu comprometimento com ações e projetos de melhoria no processo de fechamento contábil. Seguimos trabalhando em relatórios e ferramentas que permitam gerar agings, composições e conciliações de forma mais ágil e tempestiva, com o auxílio também da Visagio (consultoria que tem nos ajudado em melhoria de processos), e já no primeiro trimestre de 2024 estamos conseguindo antecipar essas entregas pela contabilidade.

Já começamos a implementar a padronização do plano de contas da COD, CAY e OML. Pretendemos ainda aumentar o foco na atualização tempestiva nas composições e no preenchimento de checklists de divulgação de forma a controlar e registrar melhor todos os assuntos percorridos no fechamento quanto às práticas contábeis, julgamentos e estimativas, e outros temas relevantes.

2. Registro das causas jurídicas da Companhia

Descrição

O departamento jurídico da OceanPact registra as causas judiciais em andamento pelo seu sistema “Projuris” para atualizações dos processos judiciais pelos consultores externos contratados pela Companhia. Entretanto, identificamos diferenças em certas causas judiciais entre a posição do “Projuris” extraída pelo cliente e a confirmação externa enviada pelos consultores advocatícios.

Risco

Divergência no registro contábil de contingências feito pela Companhia e possível reflexo nas demonstrações financeiras.

Recomendação

A Companhia deve implementar um controle mensal para ratificar que todos os processos incluídos no sistema “Projuris” sejam devidamente monitorados e atualizados pelos consultores externos a fim de identificar e corrigir eventuais erros ou diferenças entre a posição dos consultores e os valores informados pelo departamento interno da Companhia.

Prazo para implementação

Encerramento do Exercício de 2024.

Comentários da Administração

A Companhia entende que os procedimentos recomendados já estão sendo performados, e que a deficiência apontada foi pontual. Porém, mesmo com este cenário, como forma de melhoria, todos os processos relacionados serão revisados e melhorias serão propostas pela área responsável.

3. Ausência de depreciação e conciliação em outros adiantamentos no imobilizado

Descrição

tens constantes no imobilizado, como adiantamento de imobilizado, que permanecem na base por mais de 12 meses, sem sofrer qualquer tipo de depreciação, mesmo que o item já esteja em operação. Essa situação geralmente ocorre devido a uma deficiência no controle interno da empresa para conciliar e dar os devidos tratamentos às importações e aos ativos fixos. Reportamos esse ajuste na Carta de Representação da Administração como ajuste proposto e não efetuado.

Risco

Essa deficiência compromete a adequada apresentação das informações contábeis, pois não reflete a depreciação real dos ativos da empresa ao longo do tempo. Isso pode distorcer a percepção da saúde financeira da empresa, já que os ativos estão sendo subutilizados no balanço patrimonial, não refletindo seu desgaste ou obsolescência de maneira precisa. Além disso, a falta

5.2 Descrição dos controles internos

de depreciação adequada pode levar a uma superavaliação dos ativos imobilizados e distorcer indicadores financeiros importantes, como o lucro líquido e o retorno sobre o investimento.

Recomendação

A Companhia deve implementar uma rotina mais tempestiva de conciliação dessas rubricas, visando manter um padrão coerente com o ciclo operacional da Companhia e realizar a correta depreciação dos itens que estão em uso.

Prazo para implementação

Melhoria contínua.

Comentários da Administração

Estamos trabalhando com uma força-tarefa para até o final de 2024 classificar todas as importações antigas pendentes e melhorar o processo de forma a reduzir esse tempo de classificação para 30 dias.

4. Plano de Contas com contas bancárias já encerradas

Descrição

Inclusão de contas correntes bancárias encerradas no plano de contas e no balancete de 31.12.2023, isso ocorre quando contas bancárias que já foram encerradas ou finalizadas continuam sendo apresentadas nos registros contábeis, seja no plano de contas ou nos balancetes, mesmo após o término das transações e do encerramento das atividades relacionadas a essas contas.

Risco

Essa deficiência pode levar a interpretações equivocadas dos dados financeiros da empresa, uma vez que contas correntes bancárias encerradas não devem mais fazer parte das demonstrações financeiras atuais. Isso pode distorcer a realidade financeira da empresa, afetando a análise de liquidez, endividamento e desempenho financeiro em geral.

Recomendação

A Companhia deve implementar uma rotina mais tempestiva de revisão do plano de contas.

Prazo para implementação

Melhoria contínua.

Comentários da Administração

O plano de contas será revisado a cada trimestre e as contas sem utilização serão bloqueadas.

5. Ausência de atualização monetária em todos os depósitos judiciais realizados pela Companhia

Descrição

Ausência de atualização monetária de todos os valores depositados judicialmente pela Companhia.

Risco

Essa deficiência pode levar a interpretações equivocadas dos dados financeiros da empresa, uma vez que os saldos dos depósitos judiciais que fazem parte das demonstrações financeiras podem não representar os valores atuais. Isso pode distorcer a realidade financeira da empresa, afetando a análise e as posições patrimoniais da Companhia.

Recomendação

5.2 Descrição dos controles internos

A Companhia deve implementar uma rotina de atualização monetária de 100% dos depósitos judiciais, assim como a conciliação junto a equipe jurídica dos valores já resgatados das contas de depósito judiciais.

Prazo para implementação

Até 2º trimestre de 2024 para todos os processos.

Comentários da Administração

Implementamos a rotina já no primeiro trimestre de 2024, exceto para os processos trabalhistas, que será implementado no segundo trimestre 2024.

PARTE II - DEFICIÊNCIAS DE CONTROLES INTERNOS RELACIONADAS AO AMBIENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. **Configurações de autenticação - Bancos de Dados SQL**

Descrição

Considerando que não foram identificadas alterações no ambiente de IT no ano corrente, destacamos a deficiência identificada nos anos anteriores. Durante os testes de desenho e implementação desse controle, identificamos que há contas no banco de dados SQL que ainda não possuem parâmetros de senha configurados de acordo com as melhores práticas de mercado, incluindo critérios de complexidade, como o uso de letras maiúsculas e minúsculas, números e caracteres especiais. Essa deficiência de segurança permanecerá até que seja devidamente corrigida.

Risco

Os sistemas não são configurados ou atualizados adequadamente para restringir o acesso ao sistema a usuários devidamente autorizados e apropriados.

Recomendação

Recomendamos que as configurações de complexidade de senha no banco de dados SQL sejam habilitadas conforme melhores práticas de mercado.

Prazo para implementação

N/A

Comentário da administração

Foi informado ao auditor que os usuários de Serviço (utilizados em integração entre os sistemas) não podem seguir a regra de validação e complexidade. Como exemplo, hoje os sistemas deveriam realizar autenticação de múltiplo fator (validação por celular) para acessar o usuário. Como o sistema utilizado é de terceiros, essas alterações não podem ser realizadas.

Como forma de corroborar a informação levantada pela Companhia, enviamos no decorrer do projeto de auditoria cópia dos chamados abertos junto a TOTVS (fabricante dos Sistemas) que demonstram que não é recomendado a troca.

e. **Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Os comentários da administração encontram-se descritas no item 5.2.d, abaixo de cada deficiência apontada.

5.3 Programa de integridade

5.3. Programa de integridade

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública e privada. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Ética e Conduta ("Código"), o qual foi atualizado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2021. A Companhia conta também com Política Anticorrupção e Antissuborno destinada a orientar seus colaboradores, fornecedores e parceiros sobre a vedação de quaisquer tipos de corrupção e suborno, bem como estabelecer os critérios para recebimento e oferta de brindes, presentes e refeições. Além disso, no início de 2024, passou pela auditoria de recertificação da NBR ISO 37001 (antissuborno), com a validação do processo pelo INMETRO, cujo resultado apresentado pelo auditor externo foi pela manutenção da certificação. O processo de auditoria antissuborno reforça a importância dos controles internos para prevenir, detectar e combater os desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão descritos em seu Código de Ética e Conduta e em sua Política Anticorrupção e Antissuborno, que destacam veemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, cartel, concorrência desleal, tráfico de influências, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção, norteando o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção, sendo aplicável indiscriminadamente a todos os integrantes da Companhia.

A Companhia possui um canal externo independente para recebimento de relatos /denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia.

A reavaliação de riscos é realizada anualmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia. Para maiores informações sobre a avaliação de riscos, vide item 5.1 deste Formulário de Referência. O Código pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Glória, nº 122, 10º e 11º andares, salas 801, 802, 901 e 902, CEP 20241-180; e (ii) internet: site da Companhia (ri.oceanpact.com), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a Área de Compliance, Riscos e Controles Internos será responsável por monitorar situações que possam vir a representar riscos de compliance na Companhia, com o apoio da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia, que farão um reporte de exposição, ao Conselho de Administração.

Como forma de verificar acuracidade dos processos e controles internos, a Mazars Auditores Independentes - empresa contratada para auditoria interna - auditou os processos regulatórios e de impostos. Os processos de cartão de crédito, adiantamento a fornecedores, importação, compras técnicas de Oil Spill e Folha de Pagamento foram auditados em 2023.

De modo a assegurar a independência do Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia, trata-se de órgão diretamente vinculado ao próprio Conselho de Administração, sendo vedada a participação, em sua composição, de diretores da Companhia, de seu acionista controlador (se

5.3 Programa de integridade

houver) ou de suas controladas, coligadas e sociedades sob controle comum, ou de pessoas subordinadas aos diretores de tais sociedades.

Além disso, em sua composição, o Comitê de Auditoria e Compliance deverá possuir pelo menos a maioria de seus membros independentes, nos termos da Instrução CVM nº 308/99, ou eventual norma que venha a substituí-la.

Adicionalmente, de modo a assegurar sua independência, os membros da Área de Compliance, Riscos e Controles Internos não acumulam outras atividades operacionais.

(iii) código de ética e conduta

O Código tem como objetivo estabelecer os valores, diretrizes e princípios pelos quais os administradores, membros de órgãos técnicos e consultivos, funcionários e colaboradores da Companhia devem se pautar ao se relacionarem internamente, com a sociedade ou com qualquer terceiro ao desempenhar suas atividades.

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócios, agentes intermediários e associados**

Todos os administradores, funcionários e colaboradores da Companhia ou de quaisquer de suas controladas devem seguir e zelar pela constante observância do Código, em conjunto com as políticas e normas internas da Companhia. Para conferir maior aderência às diretrizes éticas da Companhia, foi desenvolvida uma Cartilha - na qual constam regras de conduta e prevenção à corrupção e suborno - e entregue a todos os seus colaboradores. Além disso, a Companhia distribuiu em suas bases operacionais e embarcações, adesivos de divulgação do Canal de Denúncias, como forma de incentivar a comunicação de quaisquer irregularidades.

- **Se, e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em Compliance**

A Companhia realiza treinamentos de Compliance em periodicidade anual. O plano de treinamento é elaborado com base no direcionamento para o público específico. Portanto, os treinamentos são ministrados para: a) áreas com risco de suborno maior que baixo, assim identificadas no Estudo de Riscos, b) para alta administração; c) para fornecedores e patrocinados; d) para bases e embarcações; e e) para colaboradores da sede, filiais e subsidiárias / controladas.

Além dos treinamentos realizados internamente, a Companhia realiza um treinamento anual de Compliance para seus fornecedores. No treinamento são apresentados os Valores e diretrizes da Companhia em relação ao cumprimento do Código de Ética e Conduta, das Políticas Antissuborno e Anticorrupção, de Conflito de Interesses, Segurança das Informações e Procedimento de Consequências.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Em caso de violações ao Código de Ética e Conduta e demais políticas e procedimentos da Companhia, os colaboradores estão sujeitos às medidas disciplinares previstas no Procedimento de Consequências. A aplicação de sanções devido a transgressões às normas do referido Código será apreciada caso a caso e deverá considerar: (i) a natureza e a gravidade da transgressão; (ii) o cargo do transgressor e suas responsabilidades; (iii) o histórico do transgressor e as circunstâncias atenuantes; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

Qualquer profissional que viole as disposições do Código e das diretrizes nele referenciadas, ou os princípios e normas de conduta por ele adotados, está sujeito a medidas disciplinares previstas no Procedimento de Consequências, tais como: (i) advertência verbal; (ii) advertências escritas; (iii) suspensões; (iv) demissão; e (v) dispensa por justa causa.

5.3 Programa de integridade

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de dezembro de 2020 e aditado pelo mesmo órgão em 18 de janeiro de 2021.

O Código pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Glória, nº 122, 10º e 11º andares, salas 801, 802, 901 e 902, CEP 20241-180; e (ii) internet: site da Companhia (ri.oceanpact.com), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de denúncias independente, amplamente divulgado e aberto aos colaboradores e terceiros

O acesso a plataforma é limitado a área de Compliance, Riscos e Controles Internos, ao Comitê de Auditoria e Compliance e ao Conselho de Administração. Os registros realizados são mantidos em absoluto sigilo e investigados com preservação do anonimato. A conclusão e o andamento da denúncia podem ser consultados a qualquer momento pelo denunciante através de seu número de protocolo.

O canal de denúncias conta com um fluxo automatizado de recebimento do registro por instância, conforme a hierarquia do cargo denunciado.

- **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias da Companhia, é disponibilizado na página inicial do website da OceanPact. O Canal de Denúncias pode ser acessado pelos colaboradores da Companhia, e também por fornecedores, clientes, intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades, independentemente do vínculo que mantenham com a Companhia.

- **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Denúncias possui a opção de denunciar anonimamente e acompanhar o andamento da investigação por meio de protocolo. Caso o denunciante opte pela identificação, a investigação deve ser realizada com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. O Código de ética e conduta prevê ainda a vedação de retaliação aos colaboradores ou fornecedores que comunicarem de boa-fé desvios ou irregularidades. Para tanto, a área de Compliance, Riscos e Controles Internos possui um mecanismo de comunicação contínuo com a área de Recursos Humanos, de forma a garantir a proteção ao denunciante.

- **Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias de potenciais violações reportadas por meio do Canal de Denúncias são encaminhadas à Área de Compliance, Riscos e Controles Internos da Companhia, que coordena sua respectiva apuração – respeitadas as eventuais competências dos demais órgãos previstas em lei ou nas normas internas da Companhia – e reportará seus respectivos andamentos ao Comitê de Auditoria e Compliance.

Caso a denúncia se refira à própria Área de Compliance, Riscos e Controles Internos ou a membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia, ela deverá ser imediatamente encaminhada ao Comitê de Auditoria e Compliance, que procederá à sua análise e a submeterá, com suas eventuais considerações e recomendações para adoção das medidas cabíveis, garantindo-se a não participação de quaisquer dos potenciais envolvidos.

5.3 Programa de integridade

Caso a denúncia seja referente a um membro do Comitê de Auditoria e de Compliance ou do Conselho de Administração, o membro em questão não participará da investigação, ou do procedimento de apuração e aplicação das medidas cabíveis, conforme aplicável, até o seu resultado final.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve, nos últimos 3 (três) anos, confirmações de casos sobre desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável

5.4 Alterações significativas

5.4. Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Cabe destacar que em 2023 foram confirmados 2 casos de fraude, identificados internamente pela Companhia, cujo desfecho foi uma demissão por justa causa e encerramento de relações comerciais com fornecedor.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 5.1 e 5.2 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

A Companhia adotou uma Política de Gerenciamento de Riscos (“Política de Gerenciamento de Riscos”), a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de dezembro de 2020 e entrou em vigor em 12/02/2021, e revisada em 06/02/2024.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada na: (i) sede da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Glória, nº 122, 10º e 11º andares, salas 801, 802, 901 e 902, CEP 20241-180; e (ii) internet: site da Companhia (ri.oceanpact.com), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Para o ano de 2023, a Companhia implementou um sistema para gerenciamento dos riscos corporativos, que permitiu a automatização do mapa de calor, rastreabilidade e monitoramento das ações estabelecidas como medidas mitigatórias e preventivas. O sistema proporcionará ainda a realização de teste de desenho e eficácia dos controles de forma proativa, previamente à auditoria interna.